



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680044 - PR (2021/0218651-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - PR054394
REBECA CRISTINA SILVA PINTO - PR095232
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARIA TERESA SAPERAS DE SOUZA (PRESO)
CORRÉU : LUIZ RICARDO SANTIN
CORRÉU : TIAGO FERNANDO DE ARAUJO E BRITO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARIA TERESA SAPERAS DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Proc. n. 022329-53.2021.8.16.0000).

A paciente foi presa preventivamente, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem, que visava a revogação da prisão preventiva, foi denegado. Contra tal acórdão sobreveio o presente *writ*.

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea. Aduz que não há motivação concreta e individualizada para a segregação cautelar da paciente. Alega, ainda, que não estão presentes os requisitos que autorizam a referida medida constritiva de liberdade.

Requer, em pedido liminar, seja revogada a prisão preventiva da paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente ou seja substituída por medidas cautelares nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente